

Governo quer turbinar programa espacial do país com nova agência

O governo conclui até agosto uma reestruturação completa do programa espacial brasileiro. As medidas incluem a criação de um novo órgão de gerenciamento, que pode ser uma fusão da AEB (Agência Espacial Brasileira) com o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

O formato da nova agência espacial ainda está sendo estudado, mas o Ministério da Ciência e Tecnologia, ao qual a AEB é subordinada, não descarta nem mesmo a extinção da agência atual.

“Precisamos enxugar a estrutura, dar mais competência”, disse o ministro Aloizio Mercadante.

O presidente da AEB, Marco Antonio Raupp, afirma que a gestão do programa precisa de uma instituição capaz de acompanhar e fomentar projetos. Segundo ele, a AEB não tem “musculatura técnica” para isso.

[Criada em 1994](#), sem quadro técnico próprio, a agência faz pouco mais do que distribuir o reduzido orçamento do programa “R\$ 332 milhões em 2011” entre os órgãos que o gastam, o Inpe e o IAE (Instituto de Aeronáutica e Espaço), ligado ao DCTA (Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial), do Ministério da Defesa.

Ainda não se sabe se a fusão será total, parcial (apenas o pedaço do Inpe responsável pelo programa de satélites seria incorporado à agência) ou se envolverá também o DCTA, da Defesa.

Também está em estudo a criação de um conselho gestor de alto nível, que envolva vários órgãos de governo, universidades e indústria. Raupp, porém, tem pressa: o novo desenho precisa estar concluído no próximo mês, para que possa ser incorporado ao Plano Plurianual do governo federal.

Mesmo com a nova estrutura da agência, o programa ainda precisa resolver dois problemas para deslançar: sua crônica falta de recursos e sua carência de pessoal.

A falta de quadros decorre da falta de entusiasmo de engenheiros jovens pelo programa espacial. “Precisamos de sucessos intermediários, senão a população se desinteressa”, disse Raupp.

Na revisão do programa espacial, a AEB pedirá a contratação de 400 funcionários para o Inpe e 700 para o IAE.

O presidente da agência não diz qual será o pedido de verba adicional, mas um estudo feito no começo do ano por IAE, Inpe e Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil dá uma ideia da necessidade: R\$ 500 milhões por ano a partir de 2016 só para o programa de satélites do Inpe, mais cerca de R\$ 200 milhões por ano para o programa de foguetes.

Outra estratégia será aumentar o número de contratos com a indústria nacional, como faz a Nasa.

Um produto que já está pronto para ser comercializado é o foguete de sondagem VSB-30, desenvolvido por Brasil e Alemanha, já certificado pela União Europeia e com dez voos suborbitais bem-sucedidos. “Está na hora de o DCTA repassar o motor à Embraer para vender”, afirmou Raupp.

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, via Consecti